



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 95

Proc.: 17753/06

Rubrica

Processo: nº 17.753/2006 (d).

Apenso: nº 054.000.569/2005 - PMDF.

Origem: Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF.

Assunto: Reforma.

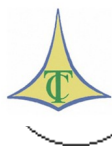
Ementa: . Reforma do Soldado PM MARCUS VINICIUS DE SOUZA SABÓIA, matrícula nº 17.766-0, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, nos termos do art. 94, inciso II, da Lei nº 7.289/1984, e dos arts. 20, § 1º, inciso II, e 25 da Lei nº 10.486/2002, de acordo com o ato publicado no DODF de 03.05.2005, retificado em 21.10.2005 e 18.04.2006.

. Resultado da diligência objeto da Decisão nº 620/2009 (fl. 83).

. 4ª Inspeção de Controle Externo manifesta-se pela legalidade do ato concessório, com correção posterior (fls. 85/88).

. Parecer divergente do Ministério Público de Contas, que opina pela baixa dos autos em nova diligência, por considerar insubsistente a resposta encaminhada pela PMDF (fls. 90/94).

. Baixa dos autos em nova diligência. Encaminhamento de cópia do parecer ministerial.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 96

Proc.: 17753/06

Rubrica

RELATÓRIO

Cuidam os autos da reforma do Soldado PM MARCUS VINICIUS DE SOUZA SABÓIA, com proventos proporcionais ao seu tempo de serviço, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço da Corporação, podendo prover os meios de subsistência, em decorrência de moléstia sem relação de causa e efeito a condições inerentes ao serviço, nos termos mencionados na ementa.

Na presente etapa processual, aprecia-se o resultado da diligência objeto da Decisão nº 620/09, que estatuiu:

"O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I - determinar a baixa dos autos em nova diligência junto à Polícia Militar do Distrito Federal, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, verifique se houve agravamento da incapacidade que acometeu o militar de forma que o impeça de executar outras atividades no âmbito da Corporação;

II - autorizar a remessa do parecer ministerial de fls. 61/66 à Corporação para efeito de subsidiar o cumprimento da presente diligência."

Após analisar os documentos remetidos a esta Corte de Contas, para efeito de exercício da competência inscrita no inciso III do art. 78 da LODF, a 4ª Inspeção de Controle Externo manifestou o seguinte entendimento:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 97

Proc.: 17753/06

Rubrica

"2. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Laudo médico: fl. 1 - apenso;*
- Ato concessório: fl. 18 - apenso, retificação: fls. 41 e 51 - apenso;*
- Demonstrativo de tempo de serviço: fl. 20 - apenso; e*
- Abono provisório: fl. 68 - apenso.*

3. Por meio da Decisão nº 620/09, à fl. 83, o Tribunal determinou nova diligência à Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF para adoção das seguintes providências:

I - [...] verifique se houve agravamento da incapacidade que acometeu o militar de forma que o impeça de executar outras atividades no âmbito da Corporação [...]

*4. Em atendimento, a PMDF informou, às fls. 79/80 - apenso, que o reaproveitamento do militar em outras atividades, antes da concessão da sua reforma, por incapacidade definitiva para o serviço, não foi implementado porque: **a)** embora a Corporação disponha de serviços administrativos a serem realizados por militares, o militar em questão não exerceu tais serviços, "... haja vista que nos dois anos anteriores a sua reforma o mesmo se encontrava de dispensa médica"; **b)** a passagem do militar à reforma deu-se em razão de o militar ter sido considerado incapaz definitivamente para o serviço da Corporação, cumprindo a Diretoria de Inativos e Pensionistas apenas o disposto no Estatuto dos policiais-militares.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 98

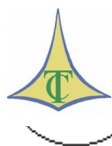
Proc.: 17753/06

Rubrica

5. A Corporação acrescentou, ainda, que, mesmo que o militar não tivesse sido julgado incapaz definitivamente para o serviço, o mesmo teria sido reformado com base no inciso III do art. 94 da Lei nº 7.289/84 (agregação por mais de 2 anos em virtude de ter sido julgado incapaz temporariamente para o serviço, mediante homologação da JSS).

6. Verifica-se, assim, que a diligência determinada na Decisão nº 620/09 **foi atendida**, mas a Corporação não respondeu diretamente ao questionado nessa Decisão. A pergunta do Tribunal foi no sentido de saber se houve agravamento da incapacidade do militar que o impedisse de realizar outras atividades na Corporação, tendo a mesma informado, em síntese: a impossibilidade de reaproveitar o militar porque o mesmo estava de licença médica nos dois anos anteriores a sua reforma, a passagem ex-officio do militar à reforma, por força legal, e a possibilidade de enquadramento da reforma do militar em outro dispositivo legal. Ressalte-se que mesmo as respostas da Corporação não condizem com os dados constantes dos autos, haja vista que, de acordo com a ficha de assentamentos, às fls. 4/5 - apenso, o militar, submetido à inspeção de saúde em 07.05.03, cerca de 2 anos antes de sua reforma, foi considerado apto para o serviço da Corporação com restrições para algumas atividades, iniciando, inclusive, licença especial a partir de julho de 2003, não havendo informação de que o militar fora considerado incapacitado temporariamente para o serviço.

7. Em que pese a insubsistência da resposta da Corporação no atendimento da aludida diligência do Tribunal, ainda que o militar fosse submetido à nova inspeção de saúde, com vistas à reavaliação de seu estado de saúde, objetivando o seu reaproveitamento em outra atividade da Corporação, consigne-se, nos termos do art. 100, § 1º, da Lei nº 7.289/84, que o militar não



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 99

Proc.: 17753/06

Rubrica

poderia retornar ao serviço ativo, porquanto está na situação de reformado desde 03.05.05, ou seja, há mais de 2 anos.

8. A seguir, examinam-se os demais aspectos pertinentes à reforma.

9. A fundamentação legal da concessão encontra-se correta, conforme se verifica no respectivo ato retificado.

10. A apuração do tempo de serviço deu-se na forma das normas legais pertinentes à matéria, tendo o militar acumulado, até 05.09.01 (data da vigência da MP nº 2.218/01), 4.623 dias de serviço (3.746 dias prestados à Corporação; 637 dias prestados à iniciativa privada, conforme certidão do INSS de fl. 6 - apenso, contados para todos os efeitos, segundo o disposto no art. 122 da Lei nº 7.289/84, c/c o item I.c da Decisão nº 2.132/07; e 240 dias de férias, não gozados, contados em dobro, conforme documento de fl. 12 - apenso), equivalentes a 12 anos, 8 meses e 3 dias, fazendo jus a 12% de ATS. Até a data do desligamento do serviço ativo, o militar acumulou 5.962 dias de serviço, equivalentes a 16 anos, 4 meses e 2 dias, fazendo jus a 16 cotas do soldo da sua graduação.

11. O novo abono provisório elaborado, à fl. 68 - apenso, apresenta impropriedades no cálculo de várias parcelas (Complemento de Soldo, Adicional de Posto ou Graduação, Adicional de Certificação Profissional, Adicional de Tempo de Serviço, Gratificação de Representação e VPE), podendo, porém, ser corrigidas posteriormente.

12. Isso posto, sugere-se ao Tribunal:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 100

Proc.: 17753/06

Rubrica

- I - ter por cumprida a Decisão nº 620/09;*
- II - considerar legal, para fim de registro, a reforma em exame;*
- III - determinar à Polícia Militar do Distrito Federal para que adote as seguintes providências, as quais poderão ser objeto de verificação em futura fiscalização:*
- a) confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 68 - apenso, para:*
- 1 - excluir a parcela Complemento de Soldo, uma vez que, na data da vigência da concessão (03.05.05), o valor das Cotas de Soldo era maior que o valor do salário-mínimo nessa data;*
- 2 - considerar a base de cálculo das parcelas Adicional de Posto ou Graduação, Adicional de Certificação Profissional, Adicional de Tempo de Serviço e Gratificação de Representação como sendo, apenas, na data da vigência da concessão (03.05.05), o valor de 16 Cotas de Soldo da graduação do militar (R\$ 325,31);*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 101

Proc.: 17753/06

Rubrica

- 3 - corrigir o percentual do Adicional de Tempo de Serviço para 12%;
- 4 - fixar a parcela VPE em R\$ 160,31, que é o valor da mesma na data da vigência da concessão (03.05.05);
- b) observar os reflexos das medidas ordenadas anteriormente no SIAPE;
- c) tornar sem efeito os documentos substituídos."

Em posicionamento divergente, que reitera aquele expresso no parecer de fls. 61/66, o ilustre representante do Ministério Público de Contas que oficiou no feito, Dr. Demóstenes Tres Albuquerque, opina pela baixa do feito em nova diligência, alinhando os seguintes argumentos:

"11. Desta feita, a despeito da diligência ordenada, no sentido de que se verificasse "se houve o agravamento da incapacidade que acometeu o militar de forma que o impeça de executar outras atividades no âmbito da Corporação" (Decisão nº 620/2009), a PMDF limitou-se a reiterar o contido na peça de fl. 53 (cópia ora juntada à fl. 81 -apenso), além de enfatizar que o miliciano encontrava-se de licença médica até a reforma e, ainda que tivesse sido julgado incapaz temporariamente, em decorrência de moléstia curável, por força legal, deveria passar à situação de inatividade.

12. Sob esse prisma, não é despiciendo repisar que, no citado Parecer nº 1.423/2006-DA, deixei



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 102

Proc.: 17753/06

Rubrica

assente que, em que pese reconhecer que a acuidade visual seria indispensável para a atuação do policial militar, o aproveitamento, no serviço público, de servidor em outras atividades inerentes ao cargo ocupado, compatíveis com sua incapacidade física, está diretamente associada ao processo evolutivo que ocorre no meio social e legislativo para inclusão de pessoas portadoras de deficiências no mercado de trabalho, especificamente na esfera pública.

13. Embora as atribuições do policial militar estejam explicitadas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (artigo 144, § 5º), bem como em estatutos próprios (Lei nº 7.289/84, alterada pela Lei nº 7.475/86, e Lei nº 10.826/03, regulamentada pelo Decreto nº 5.123/04), conforme bem anotado pela Corporação Militar (fl. 53), impende frisar que a Carta Magna estabelece, no artigo 203, incisos III e IV, entre as diretrizes da seguridade social, cabe ao Estado a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

14. Reitere-se que, se há legislações protetoras para o ingresso no serviço público, por que a Administração Pública não poderia desenvolver meios para o reaproveitamento do militar em atividades compatíveis com a incapacidade física a que fora acometido, possibilitando, assim, a continuidade de sua vida laborativa, notadamente pelo fato de que a readaptação de servidor tem fim social, pois atende tanto o órgão ao qual vinculado quanto ao próprio interessado. Se, por um lado a Administração desonera-se do pagamento prematuro da aposentadoria ou reforma, cuja despesa atinge toda sociedade, permanecendo a usufruir da experiência, dos conhecimentos e dos serviços do servidor, por outro, o militar preserva a sua auto-estima e assegura a estabilidade financeira, haja vista que, caso sua reforma se dê em grau hierárquico inferior ao que poderia obter, resta



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 103

Proc.: 17753/06

Rubrica

obstada a possibilidade de promoção na carreira, havendo perda salarial indesejada e até prejudicial à sua sobrevivência.

15. *Nessa linha, importante trazer à lume a recente Súmula nº 45 da Advocacia-Geral da União, publicada no DOU de 15.09.2009, pg. 79, a qual visa preservar o direito dos portadores de "visão monocular" a concorrerem, em concursos públicos, nas vagas reservadas aos portadores de deficiência, possibilitando-lhes maiores inserções na vida profissional ativa, o que reforça a idéia da "readaptação" daqueles que sofram limitações funcionais. Eis o teor do Enunciado:*

"Os benefícios inerentes à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência devem ser estendidos ao portador de visão monocular, que possui direito de concorrer, em concurso público, à vaga reservada aos deficientes."

16. *Nesse sentido, considero que não há impedimentos legais para que a Corporação Militar adote procedimentos para reaproveitar os militares que venham a ser diagnosticados com incapacidade definitiva para o serviço de policial militar em outras funções dentro do Quadro de Pessoal da PMDF que não estejam diretamente ligadas às atividades ditas "de rua", gozando, assim, de todas as prerrogativas inerentes à carreira, mesmo acometidos por lesões orgânicas, a teor do disposto na Decisão Normativa nº 01/2005.*

17. *Ademais, é consabido que existem diversos policiais militares exercendo funções administrativas, fora da ruas. Não seria desarrazoado, portanto, aproveitar, se possível, servidores militares acometidos de moléstia que limite suas capacidades para o serviço policial*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 104

Proc.: 17753/06

Rubrica

militar regular, mas não os incapacitou para o exercício de atividades compatíveis com as lesões sofridas.

18. *Dessa forma, no entender Ministerial, conclui-se que a diligência não foi atendida a contento, devendo ser reiterada à Corporação a determinação para que verifique se houve agravamento da incapacidade que acometeu o militar de forma que o impeça de executar outras atividades no âmbito da PMDF, sob pena de identificação dos responsáveis pelo descumprimento e aplicação das sanções cabíveis, aliada à propositura de ilegalidade da concessão.*

19. *Pelo exposto, lamentando dissentir da Inspeção, opina este **Parquet** pela conversão do feito em nova diligência com vistas à adoção das medidas indicadas no parágrafo precedente, sem embargo das correções no abono provisório e no SIAPE alvitadas pelo Corpo Instrutivo."*

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 105

Proc.: 17753/06

Rubrica

VOTO

Como bem salientou a Unidade Técnica, “o militar, submetido à inspeção de saúde em 07.05.03, cerca de 2 anos antes de sua reforma, foi considerado apto para o serviço da Corporação com restrições para algumas atividades, iniciando, inclusive, licença especial a partir de julho de 2003, não havendo informação de que o militar fora considerado incapacitado temporariamente para o serviço.” (parágrafo 6 da instrução).

De sua vez, o *Parquet* asseverou que “a diligência não foi atendida a contento, devendo ser reiterada à Corporação a determinação para que verifique se houve agravamento da incapacidade que acometeu o militar de forma que o impeça de executar outras atividades no âmbito da PMDF, sob pena de identificação dos responsáveis pelo descumprimento e aplicação das sanções cabíveis, aliada à propositura de ilegalidade da concessão.” (parágrafo 18)

Dessarte, acolhendo os termos do parecer ministerial **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário determine a baixa em diligência junto à Polícia Militar do Distrito Federal para que, no prazo de 60 (sessenta) dias:

- I - atenda a determinação constante da Decisão nº 620/2009, no sentido de verificar se houve o agravamento da incapacidade que acometeu o inativo de forma que o impeça de executar outras atividades no âmbito da PMDF, sob pena de identificação de responsáveis pelo descumprimento e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 106

Proc.: 17753/06

Rubrica

aplicação das sanções cabíveis, aliada à possibilidade de negativa de registro da presente concessão;

II - determine à Polícia Militar do Distrito Federal que adote as seguintes providências:

a) confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 68 - apenso, para:

a.1) excluir a parcela Complemento de Soldo, uma vez que, na data da vigência da concessão (03.05.05), o valor das Cotas de Soldo era superior ao valor do salário-mínimo na referida data;

a.2) considerar a base de cálculo das parcelas Adicional de Posto ou Graduação, Adicional de Certificação Profissional, Adicional de Tempo de Serviço e Gratificação de Representação como sendo, apenas, na data da vigência da concessão (03.05.05), o valor de 16 Cotas de Soldo da graduação do militar (R\$ 325,31);

a.3) corrigir o percentual do Adicional de Tempo de Serviço para 12%;

a.4) fixar a parcela VPE em R\$ 160,31, que é o valor da mesma na data da vigência da concessão (03.05.05);

b) observar os reflexos das medidas saneadoras discriminadas na alínea anterior no SIAPE;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 107

Proc.: 17753/06

Rubrica

c) tornar sem efeito os documentos substituídos.

III - autorize a remessa do parecer ministerial à Corporação, com o fim de subsidiar o atendimento da presente diligência.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 2009.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Conselheiro-Relator